



Número: **0058954-71.2014.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **13ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **12/09/2014**

Valor da causa: **R\$ 7.762,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS (AUTOR)		MARCIO ANDRE LIMA NOVAES (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29324393	23/03/2020 12:22	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
29590751	01/04/2020 14:45	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA - PB.

0058954-71.2014.815.2001



02  
9

**ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**

brasileiro, casado, pedreiro, inscrito no CPF nº 953.612.514-53, RG nº. 1.652.918 SSP/PB, residente e domiciliado à rua Bom Jesus, nº. 374, Bairro do Rangel, João Pessoa - PB, vem, à presença de V. Exa., por seu advogado infra-assinado, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT  
(RITO ORDINÁRIO)**

Contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Sport Club do Recife, 280 - 5º. Andar - sala 507 - Paissandú - Recife - PE, CEP. 50070-450.

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz em jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

**DOS FATOS**

**01.** No dia 21 de março de 2014, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia médica, em anexos.

**02.** Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea "b" que dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
b) até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente;

**03.** Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE**, sendo paga a quantia de apenas **R\$ 1.687,50 (hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Marcia A.L. Novais  
Advogado  
OAB/PE 34.879



04. No caso em tela, o laudo médico atesta **DEBILIDADES PERMANENTES NO MEMBRO INFERIOR DIREITO** e de acordo com a tabela instituída pela **Lei nº. 11945/2009**, o percentual a ser pago é de 70% (setenta por cento). Ora, se 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil, e quinhentos reais) equivale a R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), caberia ao autor receber ainda o complemento de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, equivalente aos 70% (setenta por cento) menos o valor recebido administrativamente.

#### **DO DIREITO:**

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parágs. 1. e 2., da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.**

**SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatorias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se dá provimento para reformar a sentença de primeiro grau.**

06. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

**SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.**

**SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.**

**QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS.** Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16/10/2000. **REsp 296.675-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.**

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

#### **DOS PEDIDOS:**

  
Marcia A. L. Novais  
Advogada  
OAB/PE 34.574



Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- 04
- a) Autorizar os benefícios da justiça gratuita, consoante Lei Federal n. 1.060/50 por ser o Autor pessoa pobre na acepção jurídica do termo, conforme declaração inclusa;
- b) A citação da Ré, sendo designada **audiência** devendo, a Requerida, **apresentar resposta à presente ação**, sob pena de revelia;
- c) **Que o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL seja oficiado para realizar perícia no autor e fornecê-la no prazo designado por V. Exa., informando ao juízo o grau de debilidade no percentual de 0 a 100% (cem por cento);**
- d) **JULGAR PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;
- e) Condenar a Ré a pagar honorários advocatícios no importe de 20% (vinte por cento) sob o valor da causa.

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Pede e espera deferimento.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 02 de setembro de 2014.

Marcio A. L. Novaes  
Advogado  
OAB/PE 34.679  
**MARCIO ANDRÉ LIMA NOVAES**  
Advogado - OAB/PE 34.679

Marcio A. L. Novaes  
Advogado  
OAB/PE 34.679



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

**ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro (a), Estado Civil: Casado(a),  
Profissão: Pedreiro(a), inscrito no CPF sob o nº 953.612.514-53 e portador (a) da  
cédula de identidade de nº 1.652.918, SSP/PB, residente e domiciliando (a) á Rua  
Bom Jesus, Nº374, Rangel, João pessoa/PB

### OUTORGADAS:

**ARTANY VICTORIA DE SOUZA SANTOS MACHADO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 22.077, **AYANNE FREITAS PAIVA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 27.695, **BRUNO LEONARDO NOVAES LIMA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE nº 22.090, **EWERSON VILAR DE LIMA**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PE 28.570, **JOSELMA FERREIRA BORBA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na OAB/PE. nº 18.962, **MANOELA TRIGUEIRO CAROCA CAVALCANTI**, brasileira, solteira, inscrita na OAB/PE nº. 25.324, **MARCIO ANDRÉ LIMA NOVAES**, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PE nº. 34.679, **RAFAELA LUIZA CAMPELO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 26.988 **RENATHA CATHARINA CAVALCANTI E SILVA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 22.362, **ROSELANE MARIA BARBOSA DA SILVA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 26.467, **VANESSA KRAUSS DE OLIVEIRA DIAS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PE nº. 33.530, **VIVIANE EVANGELISTA DE SOUZA ALVES**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PE sob o número 18.789.

### PODERES:

Da cláusula "Ad Judicial" representando a outorgante perante qualquer Juízo, Tribunal ou Órgão Administrativo, podendo ainda, apresentar queixa, assinar, requerer, transigir, dar quitação, desistir, firmar e prestar compromisso, apresentar declarações, requerer, receber e levantar alvarás judiciais, substabelecer o presente instrumento com ou sem reservas de poderes, ou seja, tudo enfim para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

João pessoa, PB, 02 de Setembro de 2014.

  
ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS, brasileiro (a), Estado Civil: casado (a) Profissão: autônomo, no CPF sob o nº 953.612.514-53 e portador (a) da cédula de CNH de nº 04135950458 DETRAN/PB residente e domiciliando e (a) a Av. Bom Jesus, 374, Varjão, João Pessoa-PB. De acordo com as Leis n.º 1.060/50 e 7.510/86, para o fim de obter a GRATUIDADE DE JUSTIÇA que não possui condições financeiras para arcar com o ônus das custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família. Declara conhecer que está sujeito às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável, em sendo comprovada a falsidade das afirmações supra.

Goiana/PE, 04 de Agosto de 2014.



**ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**



## DECLARAÇÃO

**ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro (a), Estado Civil: casado (a)  
Profissão: autônomo, no CPF sob o nº 953.612.514-53 e portador (a) da  
cédula de CNH de nº 04135950458 DETRAN/PB residente e domiciliado e (a)  
a Av. Bom Jesus, 374, Varjão, João Pessoa-PB. . Declaro que, sob as Penas da  
Lei e para quaisquer fins de direito, que não requeri a tutela jurisdicional para  
recebimento do Seguro DPVAT ora pleiteado, em nenhum juízo no Estado de  
Pernambuco, bem como, em outro estado da federação.

Goiana, 04 de Agosto de 2014.

  
**ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**



08  
X

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
590720635

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1988

NOME  
ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS

DOCUMENTAÇÃO / ORIGINAL DE  
2652918 RSZ / PP

CM  
953.612.514-53 DATA NASCIMENTO  
27/10/1974

ALIAÇÃO  
ANTONIO ROQUE DOS SANTOS  
MARIA DA PENHA BARROS DE ALMEIDA

PERMÍSSÃO  
ACQ  
CATIA

Nº REGISTRO  
04135950456

VALIDADEZ  
15/05/2017

VALIDAÇÃO  
06/07/2007

ASSINADO  
ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS

ASSINATURA DO PREENTE

LOCAL  
GOIÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
16/05/2012

50387758215  
PB024204432

PROBHU PLASTIFICAR  
590720635







### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a pedido do(a)  
Sr.(a) Luciana Luciana dos Santos portador(a) da  
identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a)  
foi atendido(a) por mim no dia de hoje, as 12:01 horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S. 82.0, devendo permanecer afastado(a)  
de suas atividades laborativas por um período de 30  
( Trinta ) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 23/03/14

Dr. Bruno Gomes Wanderley  
Ortopedia e Traumatologia

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_, a registrar o diagnóstico  
codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA: PACIENTE

2ª VIA: ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Alzira José Costa Duarte, S/N, CEP 56050-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





### ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que a pedido do(a)  
Sr.(a) Alexandra Almeida dos Santos portador(a) da  
identidade RG 882.2 que o(a) mesmo(a)  
foi atendido(a) por mim no dia de hoje às \_\_\_\_\_ horas, portador(a) da  
patologia CID-10 S82.2 devendo permanecer afastado(a)  
de suas atividades laborativas por um período de 90  
(noventa) dias, a partir desta data.

João Pessoa, 24/03/19

Dr. Heitor Raimundo Assunção  
Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o(a)  
Dr.(a) \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico  
codificado C D-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA - PACIENTE

2ª VIA - ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO

Rua Ag. Manoel José Costa Duarte, 500 - CEP 58050-264 - Manguabeira II, João Pessoa - PB



**Dr. João Ricardo Pontes Perruci CRM 7142 - MAT 245248-0**

Graduação - UFPE - 1977/1982

Pós-Graduação - Cirurgia Geral - HGV - INAMPS 1983/1984

Pós-Graduação - Ortopedia e Traumatologia - HC - UFPE 1992/1994

João Ricardo P. Perruci  
Trauma - Ortopedia  
CRM 7142

Paciente Alexandre Almeida dos Santos

Paciente em 21/03/2014 sofreu acidente de motocicleta no qual teve fraturas expostas de fêmur Joelho direito foi submetido a fratura do corpo fêmur + desbrancamento + osteossíntese de fêmur Joelho direito no momento da lesão não houve tomografia. Paciente chegou com dor + limitação funcional + Reforça o tratamento do Joelho direito flexo-extensão do Joelho direito muito reduzida, não tem força e equilíbrio no Joelho direito. Existe redução de amplitude de movimento funcional  $\pm 60^\circ$  do Joelho direito

João Ricardo P. Perruci  
Trauma - Ortopedia  
CRM 7142

Assinado eletronicamente por: MARCIA ROXANA FERNANDES - 23/03/2020 12:21:45  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20032312222100000000028245719>  
Número do documento: 20032312222100000000028245719

12  
B

DECLARAÇÃO

Atendendo o requerimento nº 403/110, declaramos para os fins de direitos que consta em nossos registros, sobre protocolo: 209662, o atendimento pré-hospitalar realizado pelo SAMU 192 Regional de João Pessoa ao paciente **ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**, idade 39 anos, vítima de **Acidente Automobilístico (Colisão Carro x Moto)** no dia 21/03/2014, Rua Benício de Oliveira, Bairro: João Américo - João Pessoa - aproximadamente às 19:00 horas, sendo o mesmo encaminhado ao Complexo Hospitalar Tarcisio Burity (Ortotrauma - Mangabeira).

João Pessoa, 31 de Março de 2014.



*Jefferson da Rocha Augusto*  
Estatística: Matr. 67.155-0 - SAMU-192-JP

**JEFFERSON DA ROCHA AUGUSTO**  
Coordenação do SAME - SAMU 192  
Regional de João Pessoa





## LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		PROFISSIONAL Nº	
IDADE	SEXO	ESN	LEITO
DATA DE ADMISSÃO		DATA DE ALTA	
DIAGNÓSTICO INICIAL		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO		CRM	
OUTROS DIAGNÓSTICOS			
PRINCIPAIS EXAMES			
PROCEDIMENTO REALIZADO			
TERAPIA FARMACOLÓGICA			
ANATOMIA PATOLÓGICA			
INFECÇÃO F.O.	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	COLÉ DO SANGUE	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
RESULTADO DA TERMOLOGIA			
CONDIÇÕES DE ALTA	MELHORADO	REMOVIDO	A PEDIDO
			CURADO
			ÓBITO
RESUMO CLÍNICO			
HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES			
DIETA:			
REPOUSO:			
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:			
MEDICAÇÕES PARA CASA:			
RETORNO			
DATA			
Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar			
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO			
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO			





14  
Q


## CERTIDÃO

Nº. 0590/2014

Atendendo solicitação do senhor Alexandre Almeida dos Santos, e de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 631707 e prontuário 201403002438 pertencentes ao requerente, que foi atendido na Unidade de Urgência e Emergência do Ortotrauma no dia 21/03/2014 às 19h53min, vítima de colisão carro x moto, com trauma em joelho direito, sendo conduzido pelo SAMU. Foi submetido a avaliação médica e exame de imagem, sendo constatada fratura exposta de patela direita. Indicado tratamento cirúrgico, realizado na mesma data. Alta em 28/03/2014.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à Saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 11 de abril de 2014

  
Médica da Vigilância à Saúde  
CRM/PB 3137





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
GERÊNCIA EXECUTIVA DE POLÍCIA CIVIL METROPOLITANA DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL  
Praça Firmino da Silveira, S/N, Varadouro - CEP. 58.010-170 - Fone. (83) 3218-5332

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 956/2014

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Fernando Barbosa de Carvalho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 11:30h, compareceu o (a) Senhor (a): **ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS**, brasileiro, natural de São Paulo/SP, casado, com 39 anos de idade, Pedreiro, Alfabetizado, filho de Antônio Roque dos Santos e de Maria da Penha Barros de Almeida, RG. 1.652.918-SSP/PB, residente na Rua Bom Jesus, nº 374 Bairro do Rangel, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 21/03/14, por volta das 19:00h, quando conduzia a motocicleta de marca YAMAHA/YBR 125K, cor vermelha, ano 2007/2008, de placa MOE-4297/PB, chassi nº 9C6KE092080147661, de sua propriedade, pela Rua Benício de Oliveira, José Américo de Almeida, nesta cidade de João Pessoa, após ter sido atingido por um veículo, o notificante caiu ao solo, tendo este sofrido trauma de joelho direito, sendo socorrido para o complexo Hospitalar de Mangabeira onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. C referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 15 de abril de 2014.

*Alexandre Almeida dos Santos*  
Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix  
Escrivão de Polícia Civil  
Mat. 135.682-8

*[Assinatura]*  
Escrivão



16  
9**BENEFICIÁRIOS**

Saiba Mais  
Cobertura  
Onde dar entrada  
Tire suas dúvidas  
Projeto Corretor

[Voltar](#)**Processo**

Megadata: 2014/560384  
Processo: 605305  
Natureza: INVALIDEZ  
Data sinistro: 21/3/2014  
Nome: ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS  
Situação: Processo liberado o pagamento

**Beneficiários**

Nome  
ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS

**Históricos**

Data/Hora	Situação	Observações
3/5/2014	Pré-Cadastro não analisado	
3/5/2014	Pré-Cadastro analisado e aprovado	
7/5/2014	Proc. enviado p/ digitalização e análise ca Seg. Líder	
9/6/2014	Processo Negado	Sem sequelas
3/7/2014	Documentação complementar recebida na Unidade	
10/7/2014	Proc.Reaberto (analisado e aprovado)	
16/7/2014	Processo Reaberto - enviado para Seg. Líder (Aguardar Posição)	
1/8/2014	Processo liberado o pagamento	Data crédito: 04/08/2014 - R\$ 1687,50

**Restrições**[Mais Informações](#)[Virtual Informática para Seguros](#)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 12/09/2014 08 horas 16 minutos

Processo: 0058954-71.2014.815.2031

Classe: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

SEGURO

Valor da causa : 7762,50

Serie : 09

Autor : ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS

Req : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : 13A. VARA CIVEL

Juiz : ANTONIO SERGIO LOPES

Promotor:

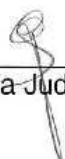
17  
S



## CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, nesta data, autuei o presente feito, contendo 17 folhas.


João Pessoa, 15/09/2014.

  
Técnica Judiciária

## CONCLUSÃO

Nesta data, faço conclusos estes autos ao Dr. Juiz de Direito desta Vara.

João Pessoa(PB), 16/09/14

  
Técnico(a) Judiciário(a)





**Estado da Paraíba**  
**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**13ª Vara Cível**

Vistos, etc

Defiro os benefícios da justiça gratuita.  
Cite-se.  
João Pessoa, 23 de outubro de 2014.

  
**ANTÔNIO SÉRGIO LOPES**  
**Juiz de Direito**

DATA

Certifico que nesta data recebi os  
presentes autos do MM Juiz de Direito  
da 13ª Vara Cível  
João Pessoa, 04/11/14

  
\_\_\_\_\_  
Analista/Técnico



Conti dad

Carta que expedir carta.  
Don Jo. J. Lencina, 05/05/17  
P. Judicialario

**JUNTADA**

Nesta data, junto aos presentes aux  
tos *CORRESPONDENTE ANEXO 12*

*JOHN PASSCO (PB)* - 15 / 12 / 17

*ESCRIVA / ESCRIVENTE*



20/02



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO ESTADO DA PARAÍBA

Carta de citação

pag. banc. 0052.954-71.2014.815.2001



AO REMETENTE

A  
Segunda-feira do Lanche do Seguro PRIVAT  
Pia Sport Lanche do Recife, 280, 5º andar, Sala 507,  
Paisandu, Recife - PE  
MP: 50070-450

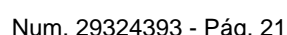
AO REMETENTE

AO REMETENTE

		<b>REGISTRADO URGENTE</b>	
CORREIOS		REGISTERED PRIORITY	
AR <input type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg)	
JG 01954179 3 BR			

Praça João Pessoa, s/n • CEP: 58013-902 - João Pessoa - Paraíba  
PABX: (83) 3216-1400 • www.tjpb.jus.br







ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL  
Fórum Des. Mário Moacyr Porto  
Av. João Machado, 532, Jaguaribe, João Pessoa, PB  
CEP: 58.013.520

CARTA DE CITAÇÃO C/AR MP

JOÃO PESSOA - PB, 05/05/2017

A (o) Senhor (a) Representante Legal  
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT  
rua Sport Club do Recife, 280, 5º andar, sala 507, Paissandú, Recife, PE, CEP: 50070-450

Prezado(a) Senhor(a).

A presente, extraída nos autos da Ação de COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT (RITO ORDINÁRIO), (processo n.º 0058954-71.2014.815.2001) ajuizada por ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, que tem por finalidade a **CITAÇÃO** de Vossa Senhoria, para, querendo, no prazo legal, contestar a presente ação. Prazo de 15 dias.

A) **DESPACHO:** Vistos, etc. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Cite-se. João Pessoa, 23/10/2014, Antônio Sérgio Lopes, Juiz de Direito.

SEGUE COPIA em anexo

Atenciosamente,

Fábio Andrade  
Técnico Judiciário

FÓRUM DES. MÁRIO MOACYR PORTO  
AV. JOÃO MACHADO, 532, 5º Andar – Jaguaribe  
CEP.: 58013-520  
João Pessoa - PB





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL  
Fórum Des. Mário Moacyr Porto  
Av. João Machado, 532, Jaguaribe, João Pessoa, PB  
CEP: 58.013.520

22  
7

CARTA DE CITAÇÃO C/AR MP

JOÃO PESSOA - PB, 05/05/2017

A (o) Senhor (a) Representante Legal  
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT  
rua Sport Club do Recife, 280, 5º andar, sala 507, Paissandú, Recife, PE, CEP:50070-450


Prezado(a) Senhor(a).

A presente, extraída nos autos da Ação de COBRANÇA DE COMPLEMENTO DE SEGURO DPVAT(RITO ORDINÁRIO), (processo n. °0058954-71.2014.815.2001) ajuizada por ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, que tem por finalidade a CITAÇÃO de Vossa Senhoria, para, querendo, no prazo legal, contestar a presente ação. Prazo de 15 dias.

A) **DESPACHO:** Vistos, etc. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Cite-se. João Pessoa, 23/10/2014, Antônio Sérgio Lopes, Juiz de Direito.

SEGUE COPIA em anexo .

Atenciosamente,

  
Fábio Andrade  
Técnico Judiciário

FÓRUM DES. MÁRIO MOACYR PORTO  
AV. JOÃO MACHADO, 532, 5º Andar – Jaguaribe  
CEP.: 58013-520  
João Pessoa - PB

recebido 08.05.17  
Julia Figueiredo





ESTADO DA PARAÍBA PODER JUDICIÁRIO  
13ª Vara Cível

23

DE ORDEM DO MM JUIZ DE DIREITO E, EM ATENÇÃO AO DISPOSTO NA PORTARIA N. 001/2014, E NO PROVIMENTO Nº 01/2006 DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA, QUE REGULAMENTA A PRÁTICA DE ATOS ORDINATÓRIOS NO ÂMBITO DAS ESCRIVANIAS JUDICIAIS

- ( ) intimar a parte a quem aproveite a diligência, para recolher ou complementar os valores necessários ao seu custeio, em dez dias, sob pena de ser havida como dispensada;
- (x) Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, em cinco dias.
- ( ) intimar o autor a se manifestar, em dez dias, sobre a certidão negativa do oficial de justiça, que não encontrou o promovido ou os confinantes para serem citados, no endereço indicado nos autos;
- ( ) intimar as partes a declinarem, em dez dias, dados complementares, relativos à sua própria qualificação ou de pessoas envolvidas no processo, inclusive testemunhas, quando das informações faltosas depender a prática de ato processual indispensável
- ( ) devolver, mediante ofício de ordem, as cartas precatórias, logo que cumpridas, independente de novo despacho que determine a remessa;
- ( ) intimar a se manifestar e requerer o que de direito, em dez dias, a parte interessada nas informações e documentos trazidos aos autos em resposta a ofícios expedidos no processo;
- ( ) intimar a parte a falar, em cinco dias, sobre a(s) certidão(ões) negativa(s) de intimação da testemunha arrolada, sob pena desta ser havida como dispensada;
- ( ) À Impugnação. Intime-se.
- ( ) Intime-se o(a) exequente para dizer sobre o detalhamento de ordem judicial de bloqueio, em dez dias.
- ( ) cadastrar nos assentamentos do processo, perante o sistema, os advogados constituídos pelas partes ou substabelecidos por outros já regularmente habilitados, desde que os documentos procuratórios trazidos aos autos sejam legíveis ou sua juntada não tenha sido impugnada pela parte adversa, hipóteses em que o pedido de habilitação deverá ser submetido à apreciação judicial
- ( ) intimar o advogado renunciante ao mandado outorgado por qualquer das partes, para comprovar, em dez dias, que notificou seu constituinte da renúncia, na forma do art. 45 do CPC, caso o pedido de exclusão de seu nome dos autos não venha instruído com o comprovante da referida notificação
- ( ) com diligência do juízo, intimar pessoalmente a parte que estiver sem representação nos autos, para constituir advogado, em dez dias;
- ( ) Intime-se a parte apelada para apresentar as contrarrazões no prazo legal;
- ( ) Intime-se o(a) devedor(a), através do advogado, para, em quinze dias, efetuar o pagamento do débito, conforme planilha de cálculo trazida com a petição (fls. \_\_\_\_\_), sob pena de ser acrescida multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor executado (art. 475-J, do CPC).
- ( ) Designo audiência de \_\_\_\_\_ para o dia \_\_\_\_\_, às \_\_\_\_\_ horas. Intimações necessárias.
- ( ) Aguarde-se por trinta dias a manifestação da parte interessada.
- ( ) Quando o processo ficar paralisado por mais de trinta dias, contados da intimação do advogado da parte autora ou exequente, intimá-la, pessoalmente, com diligências do juízo, para em 48 horas providenciar o impulsionamento do feito, sob pena de extinção ou arquivamento, respectivamente.
- ( ) nas ações em que o Ministério Público participa como custos legis, dar-lhe vista dos autos após a manifestação das partes e intimar de todos os atos do processo (art. 83, inciso I, do CPC);
- ( ) Intimem-se as partes para dizerem sobre a petição/certidão/cálculo de fls. \_\_\_\_\_. Prazo de dez dias.
- ( ) Intimar o credor para indicar bens penhoráveis do devedor, em vinte dias, após o Oficial de Justiça certificar que não encontrou bens passíveis de penhora perlocuentes ao executado;
- ( ) Intimar as partes para que informem se possuem interesse em conciliar. Caso contrário, que informem se ainda pretendem produzir provas e, em caso positivo, especificá-las de modo circunstanciado. Prazo comum de 10 dias. Intime-se.

João Pessoa, 15 de 12 de 2017

analista/técnico




24  
8

## CERTIDÃO

Certifico que a parte autora, ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS, compareceu no cartório, nesta data, 28/06/18, informando telefone para contato, celular 98760-1673, caso seja necessário com seu advogado.

João pessoa, 28 de junho de 2018.

  
Verônica de A. Lorenzo Marinho  
Técnica Judiciária

## EXPERIÇÃO DE NOTA DE FORO

Certifico e dou fé que expedi a Nota  
de Foro nº 35/18, às  
fls. 23. Dou fé.

João Pessoa (PB), 06/07/18

  
Analista / Técnico

## CERTIDÃO

Certifico que a nota de foro contendo o  
despacho ou sentença foi publicada no  
diário da Justiça do dia 10/07/18

João Pessoa-PB 10 de 07 de 18

  
Vistos



## CERTIDÃO

Certifico aqui que nen houve  
manifestação dos autos.

José Roberto Pa. 07/05/19



## CONCLUSÃO

Nesta data, faço a conclusão destes autos

ao Dr. Juiz de direito desta vara.

José Roberto Pa. 07/05/19

  
Analista / Técnico

## CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO VISTO EM

☐ Correição

☐ Inspeção


☒ Revisão

07 DEZ 2019

## VISTO EM CORREIÇÃO/INSPEÇÃO/REVISÃO

1. ☐ Cartilheie e/ou conclusão
2. ☐ Cumpra-se despacho/decisão/sentença/ato ordinatório
3. ☒ Proferir despacho/decisão/sentença
4. ☐ Cumpra-se com urgência despacho/decisão/sentença

Corregedoria Geral de Justiça da Paraíba

  
Antônio Silveira Neto  
Juiz Corregedor






ESTADO DA PARAIBA  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DA CAPITAL  
JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL,  
AVENIDA JOÃO MACHADO, 532 – 5º ANDAR – JAGUARIBE  
58.013-520 – JOÃO PESSOA PB  
TELEFONES: (83) 3208-2487, 3208-2488

## ATO ORDINATÓRIO:

Iniciado o procedimento de migração dos autos para o Processo Judicial Eletrônico, nos termos do Ato da Presidência nº 050/2018.

João Pessoa-PB, 30/01/2020

  
TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO

## CERTIDÃO

Certifico que nesta data expedi a NF nº 008/20, contendo o ato ordenatório acima para ciência aos Advogados.

João Pessoa-PB, 30/01/2020

  
TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO

## BAIXA E REMESSA

Certifico que nesta data baixei e fiz remessa destes autos à Coordenação do Projeto de Digitalização para os devidos fins.

João Pessoa-PB, 30/01/2020.

  
TÉCNICO/ANALISTA JUDICIÁRIO





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA

13ª Vara Cível da Capital  
AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO  
PESSOA - PB - CEP: 58013-520

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0058954-71.2014.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ALEXANDRE ALMEIDA DOS SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 50/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0058954-71.2014.8.15.2001** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

JOÃO PESSOA, 1 de abril de 2020.

FABIO DE SOUSA ANDRADE  
Técnico Judiciário